

**HABEAS CORPUS Nº 548.296 - RS (2019/0355533-1)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : EDUARDO DAVOGLIO DE SOUZA E OUTROS**  
**ADVOGADOS : JOÃO OLÍMPIO DE SOUZA FILHO - RS009627**  
**FÁBIO MAFFESSONI KURY - RS047264**  
**EDUARDO DAVOGLIO DE SOUZA - RS0071365**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4A REGIÃO**  
**PACIENTE : MARIA LUISA TITO PRATES**

**DECISÃO**

O paciente alega sofrer coação ilegal em seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo Tribunal *a quo*.

A defesa assere que "não está escrito em lugar nenhum que se uma pena foi substituída por prestação pecuniária ela não será abrangida pelo Decreto Presidencial de Indulto" (fl. 10). Nesse sentido, afirma que o não pagamento as respectivas parcelas não impede a concessão do benefício.

Requer, liminarmente, **o deferimento do indulto ao paciente, nos termos do Decreto Presidencial n. 9.246/2017.**

**Decido.**

Entendo que as questões postas na inicial deste *writ* **demandam o exame acurado dos autos, providência inadequada para este momento processual.**

Ademais, tenho que o pedido liminar **confunde-se com o próprio mérito da impetração**, razão pela qual deverá ser analisado em momento oportuno, quando serão minuciosamente examinados os fundamentos embasadores da pretensão.

À vista do exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo das Execuções, acerca do alegado na inicial.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
Relator